ATA DA 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 13 DE FEVEREIRO DE 2023.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ

1º SECRETÁRIO: VEREADOR ISNARD ARAÚJO

2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ALFREDO MANGUEIRA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ARNANDO LESSA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CAROLINO, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DÉBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTÔNIO, JÚLIO SANTOS, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Antes da leitura do Expediente, foram lidos os termos de renúncia dos vereadores Geraldo Júnior e Emerson Penalva, em função dos que determinam os Arts. 28 do Regimento Interno (RI) e 32 da Lei Orgânica do Município (LOM), com inserção desses termos na Ata da 1ª Sessão Ordinária, de 6 de fevereiro, momento em que se efetivara a renúncia desses edis. Dessa forma, restaram prontas e acabadas tais renúncias na forma que determina a legislação em vigor.

Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projeto de Decreto Legislativo n. 1/23 da Mesa Executiva; Substitutivo ao Projeto de Lei n. 235/22 do vereador Henrique Carballal; Projetos de Lei n.s 13 e 14/23 do vereador Hélio Ferreira; Projetos de Indicação n.s 10/23 do vereador Hélio Ferreira, 11/23 do vereador Paulo Magalhães Júnior e 12/23 do vereador Sabá; Requerimentos n.s 73 e 74/23 do vereador Joceval Rodrigues, 75 e 76/23 do vereador Augusto Vasconcelos, 77/23 do vereador Maurício Trindade, 78/23 da vereadora Marta Rodrigues, 79/23 do vereador Augusto Vasconcelos e 80/23 do vereador Teo Senna; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 5/23 do vereador Sabá, 6/23 do vereador André Fraga, 7/23 do vereador Sabá e 8 e 9/23 do vereador Edvaldo Brito; e Moção n. 6/23 do vereador Carlos Muniz. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente Propôs aos líderes a inversão da pauta para que pudessem proceder às votações previstas. Houve concordância dos líderes. Pela ordem, o vereador Isnard Araújo declarou voto contrário aos Requerimentos n.s 59/23, 60/23 e 61/23. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida declarou voto contrário aos Requerimentos n.s 60/23 e 61/23. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia declarou voto contrário aos Requerimentos n.s 60/23, 61/23 e 62/23. Pela ordem, o vereador Júlio Santos declarou voto contrário aos Requerimentos n.s 59/23, 60/23, 61/23 e 62/23, sendo secundado pelos vereadores Anderson Ninho, Alberto Braga, Cátia Rodrigues, Debora Santana, Isnard Araújo e Ricardo Almeida, todos pela ordem. Pela ordem, a vereadora Laina Crisóstomo apontou erro na numeração de alguns desses Requerimentos, com duplicidade no de n. 62/23, o qual se referia a Requerimento seu, mas, também, a outro, da ex-vereadora Maria Marighella, cujo conteúdo informou. O senhor presidente orientou a Diretoria Legislativa (Direl) a retificar a numeração. Pela ordem, o vereador Sidninho sugeriu votação nominal do Requerimento n. 61/23, e o senhor presidente afirmou ser desnecessário, explicando que havia acordo e que, em caso de votos insuficientes, o Requerimento seria reprovado. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida explicou que ele e outros pares votavam contra os

Requerimentos que favoreceriam o aborto. Pela ordem, a vereadora Laina Crisóstomo explicou que seu Requerimento sobre aborto era para sessão sobre a data relativa à luta pela descriminalização dessa prática, não constituindo apologia de ato criminoso, justamente porque se baseava na ideia de descriminalização. Observou que a vereadora Cátia Rodrigues promovera sessão pelo Dia Municipal Antiaborto e defendeu o mesmo direito de fazer sessão sobre o tema, para afirmar pensamento divergente. Lembrou que já realizara essa mesma sessão por duas vezes. Pela ordem, a vereadora Cátia Rodrigues lembrou que sua sessão pelo Dia Municipal Antiaborto fora votada e aprovada em Plenário e pediu que, democraticamente, fosse também votado o Requerimento da vereadora Laina Crisóstomo para a sessão que ela pretendia. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia exortou os pares a votar contra o Requerimento para a sessão da luta pela descriminalização do aborto. Iniciada a **Ordem do Dia**, foram discutidas, votadas e aprovadas as seguintes Proposições: Projeto de Decreto Legislativo n. 1/23; Moções n.s 1/23, 2/23, 3/23, 4/23, 5/23 e 6/23; e Requerimentos n.s 144/22, 145/22, 146/22, 147/22, 1/23, 2/23, 3/23, 4/23, 5/23, 14/23, 15/23, 16/23, 17/23, 18/23, 19/23, 20/23, 21/23, 22/23, 23/23, 24/23, 25/23, 26/23, 27/23, 28/23, 29/23, 30/23, 32/23, 33/23, 36/23, 40/23, 56/23, 57/23, 59/23 e 60/23. Foi ainda votado e aprovado o Precedente Regimental n. 1/23. Pela ordem, o vereador Ricardo Almeida solicitou votação nominal do Requerimento n. 61/23, para que se mostrasse a posição de cada vereador com relação ao aborto. Pela ordem, o vereador Daniel Alves expressou divergência sobre o encaminhamento do vereador Ricardo Almeida, considerando que se trazia uma divisão entre os vereadores e esclarecendo que a sua posição a favor do Requerimento n. 61/23 não indicava que ele fosse contra a vida. Salientou que a CMS era espaço de debate. Pela ordem, o vereador Henrique Carballal lembrou a sua experiência como jovem assessor na CMS, expondo que, àquela época, as divergências se davam de maneira harmônica, inclusive havendo voto favorável de vereador a projeto do qual divergia. Defendeu a pluralidade como atributo da Casa. O senhor

presidente reafirmou a desnecessidade de votação nominal, pontuando que todos os edis eram a favor da vida e observando que os votos contrários poderiam ser registrados. Por fim, foi votado e aprovado o Requerimento n. 61/23, contra os votos dos vereadores Alberto Braga, Alexandre Aleluia, Anderson Ninho, Cátia Rodrigues, Debora Santana, Fábio Souza, Ireuda Silva, Isnard Araújo, Júlio Santos, Maurício Trindade, Ricardo Almeida, Roberta Caires e Sandro Bahiense. Prosseguido-se com a **Ordem do Dia**, foram ainda discutidos, votados e aprovados os Requerimentos n.s 62/23, 64/23, 65/23, 73/23, 74/23, 75/23, 76/23, 78/23 e 79/23. Findas as votações, foi promulgado o Decreto Legislativo n. 986/23. No **Pinga-Fogo**, o vereador Augusto Vasconcelos criticou o índice da Taxa Selic do Banco Central. Lembrou a autonomia do Banco Central instituída no Governo Temer e disse que essa mudança fez a instituição passar a servir aos interesses do setor financeiro, em lugar de servir aos interesses nacionais e do povo brasileiro. Expôs os problemas econômicos gerados com a elevação da Taxa, destacando o endividamento público e os impactos sociais para os mais pobres. O senhor presidente passou a Presidência para o vereador Isnard Araújo. O vereador Átila do Congo solidarizou-se à vereadora Laina Crisóstomo, lamentando o tratamento dado às minorias. Criticou o tipo de pregação religiosa que incitava o ódio. Lembrou o exemplo de Jesus Cristo como uma referência de amor ao próximo e respeito. Rejeitou a postura de alguns edis que tratavam colegas como se fossem de um "baixo clero", afirmando que ser aliado não significava ser subserviente. Disse que, se não fosse respeitado, seguiria para a Oposição e pediu a atenção do prefeito Bruno Reis. O vereador Sílvio Humberto retomou sua crítica às filas impostas aos trabalhadores do Carnaval, questão que situou num círculo viciosa da pobreza. Sugeriu como seria a forma digna de se tratarem essas pessoas e apontou o fato de a Prefeitura ter um *marketing* que exaltava o Carnaval de Salvador como o melhor, enquanto a desigualdade racial e social se fazia presente no evento. Discorreu sobre a desigualdade entre pessoas negras e não-negras, fazendo um relato de sua própria história familiar e afirmando que as pessoas em

condições desfavoráveis desejavam trabalhar, mas a Prefeitura não lhes dava condições para isso. Considerou que tal situação se devia a uma escolha política que prejudicavaas pessoas negras. O vereador Cláudio Tinoco comentou sobre o Carnaval, lembrando o início de sua experiência pessoal na festa e sua posterior atuação como gestor no evento. Expôs a dimensão de quantos se envolviam nos trabalho para o Carnaval, dando o exemplo do Furdunço, evento no qual observara muitos trabalhadores ambulantes. Mencionou as pessoas que trabalhavam indiretamente e informou haver quatro mil pessoas licenciadas para trabalhar na festa, número que se multiplicava quando considerados os familiares que, de algum modo colaboravam. Informou números crescentes de pessoas beneficiadas pelo Bolsa-Família em Salvador, destacando o cenário difícil com pandemia e guerra no exterior. Avaliou que o prefeito fizera um bom trabalho sobre os trabalhadores do Carnaval. O vereador Edvaldo Brito regozijou-se com a volta à Casa do vereador Arnando Lessa. Associou-se ao vereador Sílvio Humberto, lembrando os seus três anos como coordenador do Carnaval, experiência na qual tinha um olhar sobre as pessoas que postulavam ao trabalho. Também criticou a postura do Banco Central, afirmando que a taxa de juros não era o único instrumento de gestão da economia e que a economia não era uma ciência exata, e declarando-se a favor da autonomia do Banco Central, mas não, da sua independência. Convidou os pares a comparecer à outorga da Medalha do Mérito Jurídico pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJ-BA), a ele conferida, considerando que essa Honraria ia além de sua pessoa, dizendo respeito à própria CMS por conta de sua vida servindo à coletividade, e informando que a outorga se realizaria em 1º de março, às 20h. Informou ter sido escolhido presidente da Comissão de 16 instituições envolvidas em homenagem a Ruy Barbosa e convidou os pares para a sua palestra em 1º março, às 16h, no 18º Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Também os convidou para a abertura de Congresso no Fórum Ruy Barbosa, em 9 de março, e informou que, nos três eventos, falaria sobre Ruy Barbosa, a quem enalteceu em escala mundial. Pela ordem, o vereador

Alexandre Aleluia declarou que atenderia aos convites. Pela ordem, o vereador Maurício Trindade comentou sobre questionamento que o Ministério Público lhe dirigira sobre ele ter defendido a contratação de hospitais pela Prefeitura durante a pandemia. Contou ter fornecido os esclarecimentos pedidos e discorreu sobre o papel do vereador, defendendo que fosse pautado por ações reais em lugar de se resumir a fazer leis sem efetividade. Defendeu, ainda, interação direta dos vereadores com os secretários municipais, sugerindo que eles viessem à Casa. Nas **Representações Partidárias**, a vereadora Laina Crisóstomo, líder da Oposição, defendeu o uso da linguagem neutra de gênero, mencionando o recente respaldo do Supremo Tribunal Federal (STF) a essa forma de expressão. Denunciou invasão a Terreiro de Candomblé em Dias d'Ávila, na Região Metropolitana. Informou caso de violência contra lésbicas no Furdunço. Expôs sobre o trabalho do seu mandato pelo respeito à mulher no Carnaval, defendendo a ideia do "não é não", sobre a legítima recusa das mulheres a assédio masculino. Também criticou as filas para trabalhadores no Carnaval. Defendeu o debate sobre o direito ao aborto, observando que mulheres morriam em abortos clandestinos. Informou Projeto de Lei sobre agressão às mulheres e defendeu o debate sobre o aborto. O senhor presidente Isnard Araújo repudiou a invasão ao Terreiro, sendo secundado por outros edis evangélicos. Dividindo o tempo da Liderança de Oposição, a vereadora Marta Rodrigues expressou solidariedade ao Terreiro invadido. Defendeu o direito dos vereadores de realizar sessões e promover debates. Saudou a nova defensora pública-geral do Estado, Firmiane Venâncio, informando que ela tinha o perfil de atuar pelos direitos das mulheres e que receberia Honraria da Casa. Saudou, também, o trabalho do antigo defensor-geral, Rafson Ximenes. O líder do Governo, vereador Kiki Bispo, comentou sobre o trabalho da Polícia Militar (PM) no Carnaval, criticando a planilha de pagamento para os policiais que trabalhariam no evento. Criticou o governador Jerônimo Rodrigues por isso e por ter os seus vencimentos e o ICMS majorados. Dividindo o tempo dessa Liderança, o vereador Ricardo Almeida comentou sobre a aprovação da sessão

sobre o direito ao aborto, a qual tivera o seu voto contrário. Considerou natural a divergência de ideias entre vereadores. Declarou ser a favor da vida e estranhar que muitos dos seus pares fossem a favor dessa sessão. Observou que a maioria dos nascimentos era de mulheres e criticou as feministas que eram favoráveis ao aborto. Posicionou-se contra a linguagem neutra, criticando a decisão do STF. Associou-se à vereadora Laina Crisóstomo quanto à invasão do Terreiro de Candomblé. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha, assinalou ser o Dia mundial do Rádio, destacando a importância desse meio de comunicação e declarando-se radialista. O vereador Tiago Ferreira destacou os 43 anos do PT, enaltecendo o partido. Solidarizou-se aos ambulantes na fila do Carnaval, lamentando que um deles tivesse sido mordido por rato. Criticou a exclusividade de marca de cerveja no evento, estabelecida pelo Município. Dividindo o tempo do PT, a vereadora Marta Rodrigues saudou os 43 anos do partido e saudou a chegada do vereador Arnando Lessa. Historiou a criação do PT desde a Ditadura militar, apontando a colaboração da Igreja Católica nesse processo. Também dividindo o tempo do PT, o vereador Arnando Lessa sublinhou os cinco mandatos consecutivos do PT no Governo da Bahia e comentou sobre a vinda do Presidente Lula à Bahia, no dia seguinte, para a entrega de moradias do programa *Minha Casa, Minha Vida*. Defendeu a pluralidade de pensamento no parlamento, lembrando suas vivencias antigas como vereador da CMS e citando nomes de ex-vereadores e outras figuras da política com quem convivera. O vereador Cláudio Tinoco voltou ao tema do Carnaval para tratar das exclusividades de marcas. Defendeu esse modelo, afirmando que ele trouxera ganhos para financiar o evento. Explicou que o consumo de outras marcas não era vedado, havendo restrição somente ao comércio, e que a marca fora escolhida numa concorrência pública. Explicou, ainda, que o Estado ganhava mais do que o Município nessa venda de bebidas, em razão da arrecadação com o ICMS. Comentou sobre a nova vaga para o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), afirmando que, por critérios, ela não poderia ser ocupada pela esposa do ex-governador Rui Costa,

Aline Peixoto, que vinha postulando à investidura. Dividindo o tempo do União Brasil, o vereador Kiki Bispo criticou o aumento do ICMS, apontando que isso penalizava as pessoas com menos recursos. Afirmou que o Carnaval de Salvador era superavitário graças ao modelo de patrocínio privado com exclusividade de marca. Criticou a pretensão à vaga do TCM em torno de Aline Peixoto, assinalando que ela era enfermeira e reputando-a boa profissional dessa área, a qual não via relacionada ao trabalho em questão. Em aparte, o vereador Alberto Braga relatou ter feito enquete na qual 100% das pessoas viram imoralidade no ingresso de Aline Peixoto no TCM. Concluindo, o vereador Kiki Bispo disse esperar que não fosse se confirmar essa possibilidade. Pela ordem, em direito de resposta, o vereador Tiago Ferreira reafirmou a sua contrariedade sobre a exclusividade de marca de cerveja, e o vereador Cláudio Tinoco, também pela ordem, rejeitou que esse fosse um caso de direito de resposta. Pela ordem, o vereador Leandro Guerrilha disse que a exclusividade não impedia o consumo livre de cerveja. O vereador Anderson Ninho informou ter estado entre Águas Claras e Dom Avelar, após provocação de moradores, para observar as obras da nova Rodoviária e do Metrô. Declarou não ser contra essas obras e apontou falta de trabalho num córrego, explicando que, com essa omissão, as chuvas poderiam trazer sérios problemas para os moradores da área. Salientou ser empregado do povo. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental. REGISTROS: Registro do vereador Henrique Carballal.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO